

ENTREVISTA / Augusto Heleno

MINISTRO-CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Confiante na democracia

General acredita que derrotar os críticos por meio do voto é a melhor resposta que o governo Bolsonaro pode dar

» RAPHAEL FELICE

Um dos auxiliares mais próximos do presidente Jair Bolsonaro, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, está alinhado com o discurso do titular do Planalto e diz haver um exagero em relação ao desmatamento na Amazônia. “Se a gente for juntar todas as áreas que dizem que desmataram da Amazônia, ela teria acabado e seria um grande campo de futebol. Esses comentários ferem quem conhece e quem esteve na Amazônia”, comentou o general.

Heleno participou, ontem, da terceira edição do webinar Brasil 2022: 200 anos de Independência, promovido pelo Instituto General Villas Bôas, na sede dos Diários Associados, em Brasília. O encontro debateu, entre outros pontos, questões estratégicas e de interesse nacional na Amazônia. Após a palestra, o militar deu entrevista ao Correio. Além do meio ambiente, tratou de eleições 2022, polarização e visões de futuro para o Brasil.

Sobre a polarização entre Bolsonaro e Lula, Heleno afirmou que, por meio do voto e da democracia, “aqueles que já mostraram que não são aptos a tratar de um país com a grandiosidade do Brasil devem ser expurgados da política brasileira”. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Ed Alves/CB/D.A Press



Augusto Heleno sorri para o general Villas Bôas, anfitrião do webinar Brasil 2022: 200 anos de Independência, que abordou temas geopolítico sobre a Amazônia

O desmatamento na Amazônia está superdimensionado?

É claro que a Amazônia tem um desmatamento acima do normal, exatamente pelo seu tamanho. Todo ano tem esse levantamento, e aparecem números que parece que a Amazônia está totalmente destruída. Eu converso com algumas pessoas que não conhecem o Brasil. A ideia que elas têm, pelo que é publicado no jornal, é de que a Amazônia é um deserto. Nem as áreas desmatadas da Amazônia conseguem virar deserto, então isso é uma barbaridade. Mas, de qualquer maneira, nós precisamos buscar soluções para o desmatamento.

Então o problema existe.

Por que essas áreas sofrem desmatamento, retirada de madeira, retirada de animais e tráfico de animais para outros países? Porque são locais de difícil acesso e, ao mesmo tempo, locais que dão ganhos para quem está ali e explora ilicitamente. Então o que nós temos que fazer é buscar (soluções). Se quiser continuar a fazer a exploração, fazer uma simulação lícita, controlada pelo Ibama, controlada pelo Ministério da Agricultura, para que a gente não tenha prejuízo com a Amazônia. Temos que barrar definitivamente os ilícitos que acontecem na Amazônia. Hoje várias organizações criminosas estão se valendo da Amazônia para colocar droga dentro do Brasil, tirar madeira e colocar dentro do Brasil.

Como avalia a candidatura de Moro e a proximidade dele com generais?

É muito difícil comentar uma coisa que está no seu embrião. Moro está se arriscando na vida política, é um direito dele. Essa história de quem está chegando para ele, não sei. Isso tudo aí é motivo de especulação. Nada é confirmado, tudo é citado e fica chutado. Ninguém vai lá confirmar se é aquilo, se não é aquilo. Isso faz parte do jogo político. Infelizmente, o jogo político não é totalmente limpo, né? A gente sabe que não tem juiz no jogo político.

E Bolsonaro no PL?

Não está confirmado ainda, mas isso aí é o tipo de coisa que é uma decisão pessoal e intransferível do Bolsonaro, né? É decisão dele, que tem 30 anos de política, tem uma sensibilidade política muito grande e vai escolher o que achar melhor para ele. Ninguém tem que dar palpite nisso, isso é uma escolha muito pessoal, resultado de anos e anos de observação de viver nesse meio, de saber conhecer muito da vida de muitos que são políticos. Isso faz parte do jogo político.

A polarização em 2022 é inevitável?

Especulações políticas que acontecem ao longo do tempo são naturais, fazem parte do jogo democrático. Só que tem muita gente, sem qualquer apego à democracia, valendo-se do



Precisamos expurgar da política brasileira aqueles que já mostraram que não são aptos a tratar de um país com a grandiosidade do Brasil"

jogo democrático para colocar para fora uma série de opiniões que não são balizadas. É gente com a responsabilidade de fazer vigorar o que prega e não fez nada acontecer.

Por que o senhor diz isso?

Tenho muito medo de o Brasil voltar a cair nas mãos daqueles que não têm o Brasil, em momento algum, como o seu ponto de atenção; que têm como ponto de atenção eles próprios, que só prestam atenção naquilo que pode beneficiá-los. O que nós precisamos — e para isso existe a democracia — é, por meio do voto, colocar esse pessoal no seu lugar. Temos que acreditar na democracia, inclusive na alternância de poder. Mas nós precisamos expurgar da política brasileira aqueles que já mostraram que não são aptos a tratar de um país com a grandiosidade do Brasil.

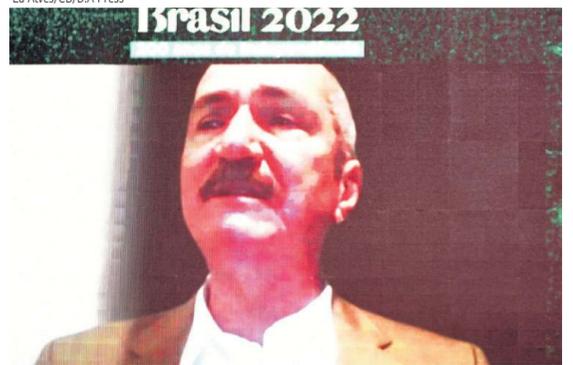
Uma visão estratégica

O webinar Brasil 2022: 200 anos de Independência começou com a participação do próprio anfitrião, general Eduardo Villas Bôas. As boas vindas foram lidas pela esposa do militar, Maria Aparecida Villas Bôas. Portador de Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), Villas Bôas está impedido de falar. No breve discurso, o militar criticou reportagens sobre desmatamento na Amazônia. Lembrou ainda que a data de ontem, Dia da Bandeira, era para saudar o símbolo nacional.

Após as palavras de abertura de Villas Bôas, o ex-ministro da Defesa Aldo Rebelo, também convidado para o seminário, realizou uma palestra. Segundo ele, o Brasil precisa manter uma política estratégica em relação à Amazônia. “O Brasil não abre mão da soberania à Amazônia, não abre mão do direito de desenvolvimento na Amazônia. O Brasil vai proteger as populações indígenas, o meio ambiente, as águas. Tudo isso vai ser feito de acordo com os interesses brasileiros”, disse.

Rebelo abordou também temas sobre as relações brasileiras com países estrangeiros, como a China e Estados Unidos. “Não se pode tomar geopolítica na questão Estados Unidos

Ed Alves/CB/D.A Press



Rebelo: Brasil não pode abrir mão da soberania na Amazônia

China. Se o chinês quer investir no Brasil, bom para o Brasil. Nós temos que ver o melhor para o Brasil. Nada de aliança unilateral. Precisamos manter o Brasil na melhor tradição diplomática do nosso país. Não vamos brigar com os americanos, mas também não vamos brigar com os chineses”, disse.

O ex-ministro da Defesa falou ainda sobre melhorias necessárias para o Brasil voltar a crescer. Pediu união na resolução de grandes problemas nacionais. Citou a importância das reformas. Mas, segundo ele, para as pautas avançarem, o Brasil

precisa criar um “estado de espírito com a volta do crescimento”.

“O Brasil tem que se unir. Em uma fila para abastecer o carro, a fila é igual para todo mundo. O preço do feijão é igual para todo mundo. O risco de segurança é igual para todo mundo. Os problemas unem o Brasil, mas as soluções dividem”, disse Rebelo. “O Brasil pode se unir em torno de grandes objetivos. Precisa remover os obstáculos ao crescimento. Falamos sobre começar com as reformas. Mas, para conseguir aprovar reformas, é preciso criar um estado de espírito com a volta do crescimento”, concluiu Rebelo. (RF)

CIRCUNSCRIÇÕES MILITARES

Forças Armadas demandam Justiça especializada

O presidente em exercício do Superior Tribunal Militar, ministro Péricles Queiroz, participou ontem da solenidade em comemoração ao centenário das Circunscrições Judiciárias Militares (CJM), em Brasília. Ao Correio, ele comentou a importância desses órgãos, que representam a primeira instância da Justiça Militar. Queiroz comentou ainda a importância de tribunais específicos para julgar ações das Forças Armadas e defendeu ainda a atuação da Justiça Militar da União em determinadas matérias cíveis relativas ao ambiente da caserna.

A importância das CJMs

As Circunscrições, criadas em 1920, constituem a divisão territorial da jurisdição militar. Nelas

é exercida a jurisdição da Justiça Militar, por seus magistrados togados e Conselho de Justiça. As CJMs constituem o amplo território, no qual as Auditorias Militares exercem a jurisdição, ou seja, a prestação da Justiça ao país. Destaca-se a 11ª CJM, com duas Auditorias sediadas em Brasília e jurisdição extraterritorial para fatos envolvendo militares em missão fora do país.

Competência cível

A exemplo da Emenda Constitucional 45/2004, que ampliou a competência da Justiça Militar dos Estados para matéria administrativa específica das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e Distrito Federal, também a Justiça Militar

da União pretende receber competência para julgar matéria cível específica das Forças Armadas, notadamente que se referem “as ações judiciais contra atos disciplinares militares”. A implantação da competência cível para as Auditorias Militares dos Estados mostrou-se exitosa na prestação de justiça ao cidadão e satisfação ao Estado-Administração, pois ações que anteriormente eram processadas em varas de fazenda pública tramitam hoje em Auditorias, processadas monocraticamente por Juízes de Direito. No âmbito da Justiça Militar da União, nossas Auditorias possuem condições técnicas para acolher essa competência, que poderá ser atribuída ao magistrado de carreira, o Juiz Federal da Justiça Militar.

Divulgação



Péricles Queiroz: CJMs têm a missão de prestar a Justiça

O papel da Justiça Militar

A existência das Forças Armadas e sua importante destinação, fundamentadas em princípios de hierarquia e disciplina, reclamam a manutenção de uma Justiça especializada. O serviço na caserna, os encargos bélicos, a natureza das atividades próprias do soldado, as vicissitudes da vida militar, as responsabilidades e compromissos do servidor militar, que é levado ao extremo de colocar a própria vida em risco em prol do país e no cumprimento da missão, resultam a necessidade de se ter órgãos de Justiça especializados e voltados para essa categoria de cidadãos.

Origem dos tribunais

Os Tribunais Militares existem desde quando os exércitos começaram a ser organizados. No início, ainda dependente de Portugal enquanto Colônia, a Justiça Militar brasileira tem como marco a criação do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 1808, devido à transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Naquela época, possuía a competência de tribunal de segunda instância para os crimes militares. Desde então, funciona ininterruptamente. Com o advento da República, passou a se chamar Supremo Tribunal Militar. Recebeu a atual denominação — Superior Tribunal Militar — na Constituição de 1946.